

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.800 - PR (2020/0276249-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **MUNICIPIO DE CHOPINZINHO**  
**PROCURADOR** : **FÁBIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE E OUTRO(S) -**  
PR026368  
**AGRAVADO** : **GENI SABBI DETONI**  
**ADVOGADO** : **ÁLVARO CÉSAR SABBI - PR040658**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por MUNICIPIO DE CHOPINZINHO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDORA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO, CONDENANDO O MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM VIRTUDE DE ASSÉDIO MORAL SOFRIDO NO AMBIENTE DE TRABALHO.

SERVIDORA MUNICIPAL APOSENTADA NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA, EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE REGIME JURÍDICO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DO CHOPINZINHO. DEVER DO MUNICÍPIO DE COMPLEMENTAR OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DA AUTORA.

OBRIGAÇÃO EXPRESSAMENTE ASSUMIDA NO ART. 3º, §1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.587/99. APLICAÇÃO DO IPCA-E COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES DEVIDOS, CONSOANTE RECURSO EXTRAORDINÁRIO DECIDIDO PELAS CORTES SUPERIORES.

COM REPERCUSSÃO GERAL N. 870.947. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N. 1.492.221. COM BASE NO JUROS DE MORA DESDE A DATA DE CITAÇÃO ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO OFICIAL DA CADERNETA DE POUPANÇA.

MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO.

PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ASSÉDIO MORAL DEVIDAMENTE COMPROVADO PELO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO PRODUZIDO

NOS AUTOS. PRÁTICA CONCEITUADA PELA DOCTRINA ESPECIALIZADA COMO CONDUTA ABUSIVA, INTENCIONAL E FREQUENTE PRATICADA NO AMBIENTE DE TRABALHO QUE VISA CONSTRANGER, DESQUALIFICAR E ABALAR PSIQUICAMENTE UM INDIVÍDUO OU GRUPO. PRESCINDIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE VINCULO HIERÁRQUICO ENTRE OS ENVOLVIDOS.

INDENIZATÓRIO QUE SE MOSTRA COERENTE COM A QUANTUM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE DE JUSTIÇA.

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA DE OFICIO PARA FINS DE SE DETERMINAR OS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA APLICÁVEIS SOBRE OS VALORES ORIUNDOS DA COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 5º, V e X, da CF/88, no que concerne à ausência de configuração de dano moral indenizável, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

Ora, é sabido que a ofensa apta a ensejar o dano moral deve ser clara, precisa. Ofensa que indique o cometimento do ato ilícito pelo agressor, algo não comprovado nos autos.

Com o devido respeito, mas não há provas materiais ou testemunhas idôneas o suficiente para se concluir, com a certeza necessária • ainda mais em se tratando de indenização contra Entre Público • que as agressões verbais ocorreram e, mais, que são suficientes para caracterizar o dano moral, notadamente pela ausência de hierarquia entre a Recorrida e o ex-procurador.

Sendo assim, a reforma do v. acórdão se impõe (fls. 1592).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 944 do CC, no que concerne à exorbitância do montante arbitrado a título de danos morais.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação de norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: “Não cabe a esta Corte Superior, ainda que para fins de prequestionamento, examinar na via especial suposta violação de

dispositivo ou princípio constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal”. (AgInt nos EREsp 1.544.786/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe de 16/6/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: EDcl no REsp 1.435.837/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/10/2019; EDcl no REsp 1.656.322/SC, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, DJe de 13/12/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte”. (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator inistro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 8/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.672.112/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp 1.533.714/RN, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 28/8/2020; e AgInt no AREsp 1.533.913/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 31/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente